



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 86

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zamillo - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró - Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaco; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 56ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE JUNHO DE 1998**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury; secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiesel, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 025/98

Curitiba, 17 de junho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, assim como adotar outras providências pertinentes ao saneamento financeiro do Banco do Estado do Paraná S.A., inclusive previsão legal para transferência do controle acionário.

Segundo dispositivo expressamente contido, o montante dos recursos obtidos através da execução da presente medida será utilizado para pagamentos de débitos do FDE- Fundo de Desenvolvimento Econômico, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., aquisições de créditos e capitalização do Banco do Estado do Paraná S.A., ajuste do passivo atuarial da Fundação Banestado de Seguridade Social -FUNBEP, suporte financeiro para atendimento ao Programa de Desligamento Voluntário do Banco do Estado do Paraná S.A.

Por outro lado, vale ressaltar que o anteriormente pretendido simples saneamento financeiro do Banestado, passou, conforme análises posteriores e de acordo com contatos mantidos junto a organismos da União, mormente com o Banco Central, a ser entendido como medida incompleta, eis que, mais conveniente e plenamente subordinado aos superiores interesses públicos seria, também, a transferência do controle acionário do Banco Estadual para o setor privado.

Esta medida em face de compromissos assumidos pelo Governo com o Banco Central, deverá concretizar-se no prazo de um ano.

Os elevados números necessários ao saneamento conforme demonstram os documentos anexos, não poderiam ser suportados pelo Estado do Paraná sem que houvesse prejuízos enormes à população.

Ademais, não teríamos a certeza de que o Banco público pudesse competir na atual conjuntura financeira com os bancos privados.

Outrossim, é oportuno mencionar que o presente anteprojeto de lei prevê a capitalização da Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., a qual tornar-se-á no grande instrumento de fomento para o empresariado paranaense.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 2º da Lei 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamentos, até o valor de R\$3.750.000.000,00 (três bilhões, setecentos e cinquenta milhões de reais), a valores de 31.03.98, através dos dispositivos previstos na Medida Provisória nº 1654-24, de 14 de maio de 1998.

§ 1º - O montante de que trata o "caput" deste artigo será utilizado para: pagamento de débitos do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. e Banestado S.A. Participações Administração de Serviços; recomposição patrimonial do Banco do Estado do Paraná S.A., aquisições de ativos, e capitalização do Banco do Estado do Paraná S.A.; ajuste do passivo atuarial da Fundação BANESTADO de Seguridade Social - FUNBEP, suporte financeiro para atendimento ao Programa de Desligamento Voluntário do Banco do Estado do Paraná S.A..

§ 2º - O valor de que trata o "caput" deste artigo será reajustado a partir de 31 de março de 1998 com base nos índices aplicados pelo Banco Central do Brasil até a efetiva liberação dos recursos.

§ 3º - O Poder Executivo utilizará os recursos provenientes da alienação do controle acionário do Banco do Estado do Paraná S/A, bem como os oriundos do recebimento de ativos, para a amortização do financiamento obtido junto a União Federal nos termos do Artigo 4º, inciso 1º, alínea b da Medida Provisória 1654-24, de 14 de maio de 1998".

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - Fica o Poder Executivo, autorizado a alienar ações do Banco do Estado do Paraná S.A. e a não exercer seu direito de preferência na subscrição de ações que lhe cabe em futuros aumentos de capital, levados a efeito para viabilizar o saneamento e a transferência de seu controle acionário."

Art. 3º - O artigo 5º da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em caução e/ou garantia junto a órgãos do Governo Federal ações que detém na Companhia Paranaense de Energia COPEL, até o limite de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais)".

Art. 4º - O artigo 6º da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aumento de capital adquirir ativos ou assumir passivos do Banco do Estado do Paraná

S.A., até o valor de R\$4.100.000.000,00 (Quatro bilhões e cem milhões de reais)".

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamentos, até o valor de R\$100.000.00,00 (cem milhões de reais), para a capitalização da Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A..

Art. 6º - Para o cumprimento do disposto na presente lei, fica o Poder Executivo autorizado abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1.964.

Art. 7º - Para garantia das operações de que trata a presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer as quotas-partes dos recursos que lhe foram transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 155, 157 e 159, inciso I, alínea "a" e II, da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as alíneas b e c do Art. 1º da Lei nº 11.961 de 19 de dezembro de 1997.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1121

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor Pio Taborda Veiga.

Requer mais que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada, no endereço abaixo.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 15 de junho, aos 84 anos, o médico pediatra Pio Taborda Veiga. Nascido em Antonina, Estado do Paraná, em 24 de julho de 1913, era filho de Espídio Ardoso Veiga e de dona Maria da Luz Taborda Veiga.

Com um currículo extenso nos seus mais de 60 anos dedicados à medicina, viajou, fez palestras, cursos, teses e outros trabalhos ligados à pediatria, sempre com enfoque ao aleitamento materno. Participou de sua comunidade incansavelmente.

Teve, entre outros, importantes cargos estaduais, principalmente no governo Lupion. Aposen-

tou-se como docente da Universidade Federal do Paraná.

O Doutor Pio Taborda Veiga deixa viúva dona Maria Verena, os filhos Paulo, Carmem, Mário, Emílio, Luiz Carlos e Verena, 17 netos e seis bisnetos.

REQUERIMENTO Nº 1124

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Romagnoli, no último dia 12 de junho, em Manoel Ribas-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Ivan Ferreira do Amaral Filho s/nº, em Manoel Ribas -PR.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1125

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhora Anair Balla, no último dia 14 de junho, em Curitiba-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Freyesleben nº 27 - Bigorrrilho CEP: 80710-360, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto profundo pesar pelo falecimento do jovem Nestor Augusto Demiatte, ocorrido ontem dia 16.06.98, no município de Ponta Grossa.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares. Endereço: Rua Paula Xavier, 1116 - Centro CEP: 84.010-120 Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O extinto tinha apenas 17 anos e era filho do Senhor Jorge Augusto Demiatte e da Senhora Maria Conceição Rosa Demiatte. Seu passamento prematuro abriu uma irreparável lacuna no seio da família e dos amigos.

Nestor Augusto era uma pessoa trabalhadora, querida por todos e pertencia a tradicional família pontagrossense. Jamais se apagará de nossa memória e do nosso coração a lembrança do jovem Nestor Augusto pela grande amizade e amor dedicado a todos que com ele tiveram o prazer de conviver.

REQUERIMENTO Nº 1131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata deste Poder Legislativo e formulado à família enlutada, votos profundo pesar pelo falecimento do jovem Nestor Augusto Demiatte, ocorrido no último dia 17 de junho, no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registradas nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Escritor José Alberto, alusivos ao lançamento do livro "Um Novo Dia", ocorrido no último dia 12 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rodovia do Xisto - Km 20 nº 2018, CEP: 83705-740, Araucária - PR.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 1123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registradas nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor José Cacau, alusivos à comemoração do 80º Aniversário, no último dia 11 de junho e pelos relevantes serviços prestados em prol do desenvolvimento do Município de Jardim Alegre-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Paranaguá s/nº, CEP: 86860-000, Jardim Alegre - PR.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 1127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa,

após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Jornal do Estado pelas comemorações alusivas ao 15º Aniversário, realizadas no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

É inequívoca a grande contribuição que os órgãos sérios de imprensa deste país deram, e continuam a dar, para a consolidação da democracia, tão propugnada pelos brasileiros.

Nesta esteira de importantes contribuições, o Jornal do Estado, jamais se curvou diante do processo histórico; muito pelo contrário, caminhou lado a lado para o progresso e engrandecimento do nosso Estado do Paraná, com uma postura honesta e imparcial.

Parabenizamos os funcionários, pela competência na desenvoltura dos trabalhos; seus diretores que, com muita responsabilidade, fez com que este veículo de comunicação, ganhasse a credibilidade de milhares de leitores nestes longos anos.

Hoje, ao completar 15 anos de circulação, compartilhamos das alegrias, desejando que Deus seja sempre a luz a iluminar o caminho daqueles que têm a missão e o mister de bem informar.

REQUERIMENTO Nº 1128

Senhor Presidente.

O Instituto Superior de Administração e Economia do MERCOSUL da Fundação Getúlio Vargas (ISAE - MERCOSUL/FGV), com sede em Curitiba, vem desenvolvendo o Programa de Desenvolvimento Empresarial no Exterior (PRODEX), que objetiva o aperfeiçoamento profissional de empresários e executivos de alto nível, de médias e grandes empresas, privadas ou públicas, e que consiste na realização, no exterior, de missões de cunho técnico, científico, tecnológico e cultural.

A primeira missão organizada foi o "Projeto Ásia I", focalizado na China, Hong Kong e Macau. Nos dias 11 e 12 de maio foi realizado o seminário preparatório; entre 16 e 30 de maio aconteceu a viagem para a Ásia, compreendendo seminários sobre a Ásia e a China, visitas a parques tecnológicos na China e rodadas de negócios. Finalmente, após o retorno, no dia 04 de junho, foi realizado o seminário de avaliação.

Representando esta Assembleia Legislativa, tivemos a oportunidade de participar desta missão, conhecendo a China e contribuindo para ampliar os laços e o intercâmbio com aquele País. Contrariando as diretrizes prenunciadas pela política econômica ortodoxa pregada pelo Fundo Monetário Internacional, a China é o País que apresenta a maior taxa de crescimento industrial do mundo. Segundo estudo promovido pela Baring Securities, uma das

maiores empresas de investimentos do mundo, o modelo chinês colocará o País na liderança do "ranking" das maiores economias industrializadas do mundo em 2.005.

Entre 1989 e 1993 a economia chinesa cresceu a uma média anual de 9,38%. Em 1994, a taxa alcançou 11,8%. A China tornou-se dona da economia que cresce mais rapidamente no planeta.

Brasil e China possuem muitas similaridades, constituindo-se nos dois grandes mercados emergentes hoje. Ampliar e desenvolver em sua plenitude o comércio bilateral, a criação de "joint ventures" sino brasileiras e a cooperação nas áreas científicas, tecnológicas e culturais são muito importantes. O "Projeto Ásia I", do ISAE-MERCOSUL/FGV, foi um importante passo neste sentido, não só para o Brasil, mas especificamente para o nosso Paraná.

Outros projetos, outras regiões do mundo, virão, o que é muito bom para o nosso País e os paranaenses.

Além de registrar nossa participação nesta missão, no uso de nossas atribuições regimentais, REQUEREMOS, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de voto de congratulações ao Instituto Superior de Administração e Economia do MERCOSUL da Fundação Getúlio Vargas (ISAE-MERCOSUL/FGV), especialmente ao seu Superintendente, Norman de Paula Arruda Filho, pelo desenvolvimento do PRODEX e do "Projeto Ásia I".

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO Nº 1129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações a Igreja Católica de Curitiba, pelo lançamento oficial, no dia 05 do corrente, da Campanha Contra a Corrupção na Política.

A iniciativa está sendo desencadeada a nível nacional pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, associada a 31 entidades e com o apoio da Igreja, que consiste na coleta de assinaturas de eleitores e eleitoras para apresentar um anteprojeto de iniciativa popular, visando mudar alguns artigos da legislação eleitoral, de forma a permitir a punição eficaz dos candidatos que comprem votos para se eleger.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O Secretário executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, Francisco Whitaker, o juiz eleitoral Dirceu Cintra Júnior, e o Bispo auxiliar Dom Ladislau Biernaski lançaram oficialmente, em

Curitiba, a Campanha Contra a Corrupção na Política. O evento que reuniu políticos, representantes de pastorais, movimentos religiosos e entidades sociais, sindicais e não governamentais, aconteceu no último dia 05, no Salão Nobre da Cúria Metropolitana de Curitiba.

A iniciativa está sendo desencadeada a nível nacional pela CBPJ, associada a 31 entidades civis e não governamentais com o apoio da Igreja, consiste na coleta de assinaturas de eleitores e eleitoras para apresentar um anteprojeto de lei de iniciativa popular para mudar alguns artigos da legislação eleitoral de forma a permitir a punição dos candidatos que compram votos para se eleger.

"A proposta que vem dar continuidade à Campanha da Fraternidade de 1996, cujo tema era a política, tem como objetivo principal mudar a legislação para dar mais eficácia à Justiça Eleitoral. E isto por meio de um projeto de lei de iniciativa popular, para que a pressão da sociedade, apoiada nos Parlamentares preocupados com o aperfeiçoamento de nossa democracia, vença a resistência dos que não têm interesse em que se coíba a compra de votos de eleitores", explica Francisco Whitaker.

O Secretário da CBPJ explica também que com o projeto de lei a simples destruição de bens, favores e vantagens pessoais a eleitores, pelo candidato ou alguém por ele, durante as campanhas, seja definida como infração eleitoral, a ser punida com multa administrativa e cassação do registro de candidatura ou do diploma, de forma rápida e ainda dentro do período de campanha eleitoral.

O Juiz Dirceu Cintra lembra que hoje, o Código Eleitoral já estabelece, em seu artigo 299, que essa prática é um crime eleitoral: "*Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto, e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita.*" "Mas, tratando-se de crime, sua punição exige um processo demorado e cuidadoso." Com isso, nos poucos casos em que se consegue colher provas que podem levar a uma eventual condenação, é decidido muito tarde, com os mandatos questionados já praticamente terminados. E em grande parte desses processos a prescrição deixa impunes aqueles que cometeram o crime.

Com o projeto de lei a rapidez se torna possível, uma vez que bastará à Justiça Eleitoral comprovar que houve de fato esta distribuição de bens ou vantagens pessoais.

O projeto de lei modifica igualmente o artigo 73 da atual Lei Eleitoral, no que se refere a outra prática habitual, que é o "uso da máquina administrativa". Com exceção da transferência de recursos da União aos Estados e Municípios e dos Estados aos Municípios, ressalvados casos especiais, a lei pune condutas somente com multa, que pode ser

até irrisória frente aos montantes habitualmente gastos nas campanhas. Com o projeto de lei de iniciativa popular, pelo artigo 1º, todas condutas proibidas como ceder bens móveis ou imóveis da administração pública a candidatos ou partidos; usar materiais e serviços do governo para fins eleitorais; ceder funcionários para os mesmos fins ou distribuir bens e serviços de caráter social custeados pelo Poder Público, passarão a ser punidos também com cassação do registro ou do diploma.

O projeto de lei cria também a possibilidade do perdão judicial a eleitores envolvidos por candidatos inescrupulosos. E prevê outras modificações legislativas de caráter mais técnico, que visam adequar os textos legais às mudanças propostas.

REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Félix Burkot e Wanda Burkot, que completou 50 anos de união conjugal em 12.06 do corrente, celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Sebastião e Reginalda Da Silva João, que completou 25 anos de união conjugal em 12.06 do corrente, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com orgulho. Em todos os momentos compartilhados

juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, de voto de congratulações ao "Jornal do Estado", pela passagem dos 15 anos de circulação.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada aos Diretor Presidente do "Jornal do Estado", jornalista Roberto Barrozo Filho, à Rua Doutor Roberto Barrozo, 22 - Centro Cívico - CEP 80530-120, em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1983 pelo jornalista Roberto Barrozo Filho, o "Jornal do Estado" sempre esteve presente nas discussões que envolveram Curitiba, acompanhando o seu crescimento e a busca de solução para os seus problemas.

Investindo no jornalismo ético e com profunda coerência com o pensamento da sociedade paranaense, o "Jornal do Estado" mantém o compromisso com a verdade. Ao adotar toda a tecnologia existente para garantir ao eleitor melhor qualidade de impressão, ao mesmo tempo em que assegura qualidade na elaboração da informação, o "Jornal do Estado" está cumprindo seu objetivo de estar entre os veículos de maior credibilidade.

Esta Casa de Leis, ao conceder a homenagem, está reconhecendo a importância do veículo de comunicação, patrimônio fundamental da história de Curitiba e do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a cobertura da Quadra de Esportes do Colégio Estadual Malba Tahan - Ensino de 2º Grau, do Município de Altônia.

Tal proposta pretende oferecer aos 1.580 alunos que frequentam esse estabelecimento de ensino, melhores condições para a prática esportiva e aulas de educação física, uma vez que nos dias de chuva, frio ou sol forte, esta atividade é impraticável.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Durval Emidio dos Santos, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Rui Barbosa, 815); ao Vereador Reinaldo Detoni, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal; ao Vereador Miguel Resende (Rua Getúlio Vargas, 82); a Senhora Sueli Aparecida Bonan Dorneles, Presidente da APM do Colégio Estadual Malba Tahan (Rua Olavo Bilac, 560) CEP 87550-000.

Sala das Sessões, em 17.06.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pela Sra. Niva do Rocio Behnke, residente à Rua Ipanema, nº 817 - Vila Ipanema, a qual, em nome dos moradores de 11 (onze) residências do local, solicita a liberação dessa Prefeitura junto à COPEL da implantação de rede de energia elétrica do nº 819 ao 827. O pedido já foi protocolado na COPEL sob o nº 12887510. Afirma-nos a requerente que a implantação só depende da liberação da Prefeitura, motivo de tal reivindicação. Será um grande benefício para todos os moradores o atendimento do presente pedido.

Sala das Sessões, em 17.06.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 239/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento de pedágio, os veículos automotores pertencentes aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Municipal e Estadual, bem como, Entidades Filantrópicas de caráter assistencial e educacional, nas rodovias que compõem o Anel de Integração.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.98

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora proponho, visa isentar do pagamento de pedágio nas rodovias que compõem o Anel de Integração, os veículos oficiais automotores, pertencentes aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Municipal e Estadual, bem como às entidades filantrópicas de caráter assistencial e educacional, de todo o Estado do Paraná, mediante a apresentação da documentação comprobatória, de que o veículo, realmente pertence aos mesmos.

A isenção em epígrafe, visa também, economizar com o erário público, que não precisará ressarcir as referidas despesas.

A isenção só será válida, quando se tratar de veículos oficiais, não cabendo aí, autoridades investidas ou poderes outorgados, a pessoas que estejam em viagem com seus próprios veículos.

Com relação às instituições filantrópicas acima mencionadas, é notoriamente comprovado o deslocamento semanal de veículos pertencentes às mesmas, do interior do Estado para esta Capital, seja em busca de recursos, transporte de pessoas doentes, participação em seminário e reuniões, e intercâmbio cultural entre entidades congêneres, sabendo que essas instituições, na maioria dos casos, não dispõem de subvenções estaduais ou municipais, para o desenvolvimento de seus programas, em prol da família carente, do menor abandonado e do atendimento especial à terceira idade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Finda a leitura do Expediente.

Reservo uma parte do Expediente para que a Associação dos Professores possa falar na tribuna desta Casa. O Senhor Péricles Mello vai fazer a apresentação.

O SR. PÉRICLES MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com grande satisfação que todos nós, nesta Casa, recebemos, hoje, centenas de professores e funcionários das escolas do Paraná e a Diretoria da APP-Sindicato, que tem toda uma história de responsabilidade, de luta e de reflexão sobre os destinos da educação, e muito tem honrado a história da Assembleia Legislativa com sua participação.

O Deputado Irineu Colombo, que era para estar fazendo esta apresentação em nome da Comissão de Educação e Cultura, a qual ele preside, infelizmente está ausente por se encontrar em uma audiência no Rio de Janeiro com o arquiteto Oscar Niemayer, com o objetivo de fazer o Memorial da Coluna Prestes de Santa Helena. Já que o Deputado Irineu Colombo apresentou um projeto de lei aprovado nesta Casa, nominando a rodovia que liga Santa Helena à BR-277, como Rodovia Coluna Pres-

tes. Então, por esse motivo, não pôde estar aqui presente, e estou substituindo o Deputado Irineu Colombo.

Para nós é um grande prazer receber o Plano de Cargos e Salários, que é fruto de um longo período de reflexão e de mobilização da categoria dos professores e funcionários, que faz parte inclusive de uma diretriz federal a ser implantada em todos os Estados da Federação e portanto, nos sentimos muito honrados em poder apresentar esta sessão à Diretoria da APP.

Inicialmente, pedimos licença aos Deputados e aos senhores presentes, para que o Coral da APP-Sindicato faça a apresentação - abrilhantando esta sessão especial - de dois hinos: o Hino Nacional e depois o Hino da APP. Logo a seguir, o professor Romeu Gomes Miranda vai falar, em nome da APP-Sindicato, apresentando o Plano de Cargos e Salários a este Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vou conceder, em caráter excepcional, o tempo para que o Coral possa executar os hinos. Mas não era o combinado. Em todo o caso, temos a honra de ouvi-los.

(Apresentação do Coral da APP)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Professor Romeu.

O SR. ROMEU GOMES DE MIRANDA

Ao Deputado Irineu Colombo, ao Deputado Péricles, queremos agradecer a oportunidade de ter nos propiciado este momento. Queremos agradecer em especial ao Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembleia Legislativa, sem a sua compreensão não teria sido possível estarmos aqui hoje, nesta Sessão Especial. Obrigado, de todos os professores e funcionários.

Senhores Deputados, queremos também agradecer aqui a presença da Secretaria de Educação, que se faz presente na pessoa da Professora Margarete, do CAT. Estamos certos de que, neste momento, acima de todas as divergências eventuais, acima de todos os partidos, paira uma causa muito mais nobre, que é a causa da educação de todos os paranaenses e de todos os brasileiros que aportam aqui neste Estado.

Senhores Deputados, obrigado, inicialmente, por estarem nos ouvindo neste momento tão importante para nós.

Em 1996, a Lei Federal nº 9424, estabelece o Fundo de Valorização do Magistério e Desenvolvimento de Ensino Fundamental. Esta mesma lei estabelece que num prazo de 6 meses, a contar da data

da aprovação da lei, os Estados e municípios deveriam ter novos planos de carreira.

Baseados neste apontamento legal, passamos a tarefa árdua e difícil de propor uma organização para a educação do Paraná junto com a Secretaria de Educação, mas hoje, preocupados com este prazo de 30 de junho, para que seja aprovado o novo Plano de Cargos e Salários, solicitamos esta sessão, para apresentar aos Deputados este plano.

Não vou me deter na análise técnica do plano, porque os Senhores Deputados já o tem em mãos, e poderão analisá-lo, e estaremos conversando tantas e quantas vezes forem preciso e necessário.

O princípio fundamental deste plano é que todos os professores e funcionários, pela primeira vez, estão dentro de um mesmo plano.

Isto significa que, aquilo que já acontece na prática, no dia-a-dia, funcionários e professores juntos, da entrada da escola à direção da escola, juntos, naquele fazer cotidiano, no entanto, no momento da organização das nossas vidas, das nossas reivindicações, estávamos separados. Se o trabalho já nos uniu, nada mais do que nos unirmos também numa estrutura única. Assim como outros Estados já fizeram, também estamos inovando neste sentido, submetendo à apreciação desta Casa, um projeto, um anteprojeto que contempla esta unidade, professores e funcionários juntos, porque uma escola não vive sem professores, a escola não vive sem funcionários, os professores sem os funcionários não avançam, os funcionários sem os professores não exercem sua função.

Esta é a razão fundamental, não há nenhuma pirotecnia, nenhuma ousadia nisso, nenhuma invenção. É apenas uma transposição para o plano de lei, daquilo que já ocorre no plano da prática do cotidiano.

Um outro ponto fundamental, e portanto um princípio fundamental, é o ingresso. Estamos aqui, confirmando o grande princípio constitucional do ingresso, somente por concurso público, de provas e títulos. Quando dizemos isso, não dizemos porque gostamos de fazer concurso. Não! É que o concurso é a única forma do ingresso não ser por apadrinhamento, ou pela bela cor dos olhos, mas pelo conhecimento que o funcionário tem.

Portanto, estamos dizendo ao Governo: queremos ser avaliados para ingresso no Estado. Queremos um concurso público de provas e títulos.

Um outro aspecto fundamental! Também aqui estamos nos colocando de corpo e alma, dizendo: queremos trabalhar, e trabalhar integralmente.

Estamos dizendo: queremos uma jornada única de 40 horas, com 50% de hora-atividade, como é em todos os países de primeiro mundo. Já estamos fazendo isto. Só que absolutamente gratuito, num verdadeiro trabalho escravo, como já

tivemos a oportunidade de dizer várias vezes ao Governador Jaime Lerner. Não podemos continuar exercendo esse trabalho escravo, cada professor que desenvolve uma jornada dentro da escola tem duas a três jornadas gratuitas em casa para poder dar conta do seu trabalho no dia seguinte, na escola.

E estamos aqui oferecendo uma oportunidade de apagarmos essa mancha da nossa história.

Um ponto fundamental que a própria lei que criou o FUNDEF recolhe como princípio fundamental é a valorização. E estamos propondo, anexo ao plano, uma tabela de vencimentos, que também não ousa nada além do que já tínhamos, e portanto, temos plena segurança de que a proposta salarial que está anexada ao plano é uma proposta perfeitamente exequível, perfeitamente compatível com os cofres públicos, desde que o Governo, de fato, aparelhe o seu organismo de cobrança dos impostos e não entre mais neste terreno da dilação fiscal, da anistia fiscal e da sonegação. Assim, teremos muito mais recursos para dar conta não só dessa tabela de vencimentos, mas de todos os funcionários públicos.

Estamos seguros, porque fizemos isso com base em números fornecidos pelo Governo do Estado, que a nossa proposta salarial é perfeitamente factível. O que não podemos, e esta é a oportunidade dos Senhores Deputados nos ajudarem, o que não podemos é continuar com esta humilhação, onde o professor, depois de 25, 30 anos de trabalho, sai da escola com lágrimas nos olhos, arrependido e às vezes até envergonhado de ter abraçado tão nobre profissão.

É o funcionário da escola, então, hoje é uma chaga entre nós, porque recebe um salário aviltante, e esse salário que os funcionários recebem, não dignifica a educação. Recebem hoje, a maioria dos funcionários de escolas, 143, 146 reais de salário, o que, evidentemente, não dá para ninguém sobreviver.

Estamos assistindo...

(Aplausos)

Senhores Deputados, esta não é - por favor, entendam isso - não é uma retórica de oposição. Não é! Tenho absoluta certeza que não é uma retórica de oposição, é apenas o retrato de uma realidade. Muitos dos nossos companheiros que estão aí nas galerias, estão num processo de morte lenta, porque eles estão numa inanição, a cada dia eles vão morrendo um pouco, porque não têm condições de se alimentarem. Esse é um direito sagrado de qualquer ser humano.

Por favor, formem fileiras conosco para vencermos esta vergonha de um salário que, muitas vezes, não chega sequer para a alimentação de um, quanto mais da sua família. E temos condições de vencer isso. Apresentamos uma tabela que contem-

pla isso. Não é tudo que queríamos, mas é o que podemos, efetivamente ter, porque já tivemos.

E um ponto fundamental é que não queremos os nossos aposentados na lata do lixo da história, queremos os nossos aposentados elevados. Assim que se aposentarem, não saiam da escola com vergonha, mas saiam com honra.

E a proposta que tem vingado em alguns Estados, que já impuseram sobre nossos colegas um plano de carreira, a proposta que tem vingado tem deixado os aposentados à margem, num quadro em extinção, sem isonomia com o pessoal da ativa. Isto seria condenar o aposentado à morte. E aposentadoria não é castigo, é prêmio, especialmente quando a atividade vem de uma atividade tão nobre como essa de educar.

E alargamos esse conceito de educação para os funcionários também. Os funcionários também têm uma ação educativa, portanto, estão dentro deste espírito que trago para cá.

Sabemos perfeitamente, Senhores Deputados, que há uma conjuntura difícil pela frente. Esta conjuntura nacional e internacional que tenta se erigir como idéia única, esta conjuntura que nos impõe a lógica do mercado como lógica de sobrevivência, não nos agrada e não nos interessa. Não podemos fazer coro com a proposta neo-liberal sendo implantada a cada dia no País, de que quem não tiver dinheiro não terá escola, quem não tiver dinheiro não terá saúde, quem não tiver dinheiro não terá moradia. Somos gente, não somos animais! Queremos e temos direito a condições básicas de sobrevivência.

Esta lógica do mercado que se você tiver dinheiro tem essas condições mínimas, não interessa e não dignifica a existência humana, e tenho certeza que os Deputados desta Casa haverão de afugentar esta idéia que vem embutida nos projetos governamentais.

Senhores Deputados, na Grécia antiga, os deuses tinham condenado um rapaz, o Sísifo, a empurrar, sem descanso, um rochedo, até o cume de uma montanha. Mas, para a desgraça do Sísifo, ele nunca conseguia depositar o rochedo lá no alto, porque, pelo peso, ela caía de volta. E o castigo dele, foi voltar cada vez à base da montanha, e erguer de novo aquele rochedo, e de novo ele caía, e assim sucessivamente. E os deuses, quando aplicavam o castigo, estavam dizendo que não há castigo mais terrível do que trabalho inútil e sem esperança.

Tenho dito e repito aqui: os professores e funcionários do Paraná têm repetido a tragédia de Sísifo. Cada vez que conseguimos empurrar o rochedo, o peso faz com que ele caia, e temos que recommear tudo de novo.

Eis aqui uma bela oportunidade de, todos juntos, colocarmos esta pedra que é a missão de ensi-

nar, e ensinar bem, lá no alto desta montanha, para que possamos deixar de perder sempre. Não só nós, enquanto funcionários e trabalhadores da educação, mas o povo em geral, que aos milhares, a cada dia, abandonam as salas de aula porque não encontram nelas nenhuma esperança de melhora do seu futuro e abandonam as escolas, porque os meninos e as meninas muito cedo têm que ir para o trabalho, o trabalho mais abjeto, o trabalho mais explorado, o trabalho mais árduo, para poder dar conta do seu suprimento. E aí a escola passa a ser um luxo e não entendemos que a escola seja um luxo, a escola é fundamental.

Para vencermos esta tragédia, é preciso que todos nos demos as mãos. E por isso, cada companheiro que está aqui representando uma escola, representando uma região, veio aqui para dizer alto e em bom som a todos os Deputados, para que se juntem a nós nesta tarefa, e repetimos bem alto: sem educação, não dá!

Quero agradecer à Mesa, o Deputado Aníbal Khury. E que nossas palavras não possam parecer como uma ameaça. Não são. São de coração. Aquilo que pensamos e os anseios que temos, entregamos nesta Casa, não só um projeto, mas entregamos junto a nossa alma. Tratem bem delas, porque é a alma daqueles que educam os filhos dos trabalhadores e do povo do Paraná.

Não ouse o Governo do Estado nos impor a lógica neoliberal, não ouse o Governo do Estado pôr os nossos aposentados na lata de lixo da história. Lutaremos até as últimas conseqüências. E isso tem um peso muito grande. Quando digo isso, é porque estamos dispostos a uma luta renhida, até a morte se preciso for, para termos um plano de cargo à altura da nossa importância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Agradecemos a presença dos professores e vamos prosseguir a sessão.

Com a palavra, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É natural que após a colocação do Presidente da APP, faço, em meu nome e em nome da Bancada do PMDB, as colocações dessa inscrição que tenho na Mesa, e vejo, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhores Professores, que iremos, indiscutivelmente, estudar, avaliar, discutir em bancada, com companheiros, segurar essa posição de termos um plano de cargo e salário para o magistério, sumamente importante.

Mas, quando via o Presidente da APP falando, lembrava comigo de uma grande ameaça que paira

sobre o magistério, sobre o amanhã do magistério, sobre a carreira do magistério, sobre o quadro do magistério com plano de cargo de salário ou não, que é a malfadada PARANAEDUCAÇÃO.

Sou autor, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, de um projeto que tramita nesta Casa, puro e simples como devem ser puros e simples os projetos a serem analisados, que revoga em um artigo a lei que criou a PARANAEDUCAÇÃO. Por que, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares?

Recordo-me, quando o Executivo encaminhou à Assembléia Legislativa a mensagem criando a PARANAEDUCAÇÃO, fez acompanhar aquela mensagem, inclusive, gráficos que mostravam o problema que acontecia a cada ano, quando o Estado se obrigava a contratar professores, por não ter quadros suficientes para atender as escolas, e que estava tendo problemas com o Tribunal de Contas, porque não era permitida a contratação de servidores por mais de um ano.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não por demagogia política, não por sermos de oposição, mas após a votação da lei que criou a PARANAEDUCAÇÃO, houve a reforma administrativa do Governo Federal e nela foi permitida a contratação temporária pelo Estado, diretamente de servidores e inclusive permitindo a dispensa de servidores, quando desnecessária.

Entendemos, que a partir daí, um ente criado particular que irá aproveitar a mesma massa de professores não concursados, irá contratá-lo, o regime será o CLT. Ele irá proceder com algo contrário com o que diz a nossa própria Constituição: o Estado tem a própria responsabilidade de oferecer os serviços que lhe são de direito, sem contratar de terceiros. E vamos contratar, através de um serviço social autônomo, professores contratados pelo regime CLT, podendo ser dispensados a qualquer instante, com uma relação que não é a do concurso público para suprir as vagas dos nossos professores.

Ouvi bem e concordo plenamente com aquilo que diz o Presidente da APP: a solução do ensino no Paraná, da continuidade da carreira, a de ter um professor em cada sala de aula, não é a criação da PARANAEDUCAÇÃO, é o concurso público necessário para preencher cada vaga necessária para que os nossos alunos tenham a possibilidade de um ensino a altura de um Estado, nas condições do Paraná.

A iniciativa da APP-Sindicato, dos professores do Paraná, de trazer a esta Casa a discussão do seu plano de salário no instante em que percebemos numa ponta aqueles que já estão por concurso na educação, preocupados com a sua estabilidade, inclusive na aposentadoria, pedimos que seja adotada também uma postura firme, constante e corajosa da categoria dos professores, dos Parlamen-

tares, para que possamos ainda neste ano extinguir a PARANAEDUCAÇÃO, para podermos dar consistência a um plano de cargos e salários, que possam contemplar a todos os professores do Paraná.

Que não tenhamos, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, num amanhã muito próximo, uma categoria com plano de salário, cargo, garantia e aposentadoria, e na mesma escola, às vezes na mesma sala de aula, um mesmo professor contratado por uma empresa particular, sem garantia nenhuma, sem pertencer a uma carreira e sem ter um incentivo de apoio a nossa educação.

Essa mensagem, gostaria de deixar no dia de hoje, em nome da nossa Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O último orador, de acordo com o prazo regimental, é o Deputado Ângelo Vanhoni. Mas se ele puder conceder a palavra ao Dr. Rosinha, não haverá nenhum problema.

O SR. DR. ROSINHA

Ele está fazendo o uso da palavra na imprensa. Não tenho como consultá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Mesa consulta o Deputado Ângelo Vanhoni se vai usar da palavra.

Fala o Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros, companheiras e professores.

Estamos falando em nome do PT e queremos expressar a nossa posição em relação ao plano de cargos e carreiras, protocolado na Assembléia Legislativa, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Aqui nesta Assembléia já estamos no terceiro mandato legislativo, no primeiro foi eleito o Deputado Pedro Tonelli, depois eu, Ernani e Ovidio Constantino, e a atual Bancada agora com Colombo, Ângelo Vanhoni eu e mais o Péricles.

Durante estes 12 anos, a nossa Bancada, seja no período da Constituinte Estadual ou posterior, sempre estivemos defendendo os direitos dos servidores, bem como os direitos de todos os usuários do sistema público. Independente se estes servidores são do Magistério público ou de qualquer carreira dentro do serviço público estadual.

Nos últimos anos têm ganho espaço, a nível internacional, o pensamento único no qual todos aqueles que discordam desse pensamento único, baseado na filosofia neo-liberal, é colocado à margem como se fôssemos retrógrados, atrasados e contra a modernidade.

Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ao longo deste período, temos defendido reformas, mas não com o caráter daquelas que se dão hoje, que têm o objetivo de destruição do Estado e dos serviços públicos prestados por este Estado. É a destruição da saúde, é a destruição da educação, é a destruição de todos os direitos dos trabalhadores que ao longo da vida trabalharam e depois têm a sua aposentadoria como castigo e não como direito!

Nós, do Partido dos Trabalhadores, discordamos dessa política do pensamento único, chamada do Estado mínimo. E hoje, tanto a nível federal, como a nível de Estado e muitos municípios vem com a proposta da destruição do Estado e da privatização de todos os seus serviços. E num primeiro momento oferecem, na privatização, como no caso da PARANAEDUCAÇÃO, provavelmente melhores condições salariais como proposta. E com isso visam esvaziar o serviço público e daqui a alguns anos o Estado não terá profissionais competentes para elaborar qualquer proposta pedagógica, qualquer proposta educacional ou qualquer programa da área de saúde, porque os quadros estão todos no setor privado. E o Estado esvaziado não cumprirá com seu papel social de atendimento aos direitos dos trabalhadores de uma maneira social.

Temos nos colocado contra esta destruição do Estado e queremos aqui, em nome da Bancada do PT, parabenizar a todos os professores, a APP Sindicato, aos servidores da Secretaria de Educação, que estão lotados nas escolas, porque ao longo dos últimos meses debateram esse plano em todas as escolas. Tiraram representantes em todas as regiões de nosso Estado e promoveram um seminário que durou dois dias, no qual tive a oportunidade de acompanhar durante todos os dois dias. E que nos serviu como aprendizado e como subsídio para que aqui possamos defender este plano como o melhor plano, sem dúvida nenhuma, elaborado até hoje neste Estado, porque foi elaborado por aqueles que vivem a realidade dentro da escola, por aqueles que enfrentam o dia-a-dia e estão no processo educacional, portanto não é um plano tirado de gaveta.

Durante dois dias mais de 700 delegados presentes no auditório, no anfiteatro do Colégio Bom Jesus, de Curitiba, debateram e aprovaram esta proposta. E posso dizer, como Deputado e como cidadão, que acompanhei, que o nosso aprendizado foi suficiente e necessário para que se possa fazer a defesa deste plano. E podem contar conosco e com a Bancada do Partido dos Trabalhadores, na defesa de uma escola pública, na defesa de um ensino de qualidade e na defesa de uma educação libertária, que é o medo daqueles que nos dominam. Que os alunos, aqueles que estudam na escola pública, consigam enxergar o além do horizonte que nos é dado pelo Estado mínimo. Que enxerguem a liberdade a ser

conquistada, a utopia tão sonhada - que querem nos enterrar com o pensamento único. Não conseguirão, porque terão em nós trabalhadores do serviço público ou privado, da educação, da saúde ou de que setor for. Nós, trabalhadores conscientes, vamos usá-los de resistência desse projeto único. E resistiremos, porque a classe trabalhadora vencerá, e conquistaremos a liberdade.

Obrigado!
(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, muito obrigado pela deferência em poder fazer uso da palavra nesta tarde. Pelas razões que vou enumerar, acho que é um dos dias mais importantes que passamos nesses últimos tempos aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Quero saber o porquê disso, Senhor Presidente: se há um motivo de orgulho para os homens, para as mulheres, para uma sociedade, quando assiste que pessoas, diante de todas as condições de vida que as levam a não se mobilizarem, não saírem do próprio lugar, por uma questão de cultura da nossa sociedade, que é extremamente individualista, e promove desde os mais tenros dias da nossa vida a ideologia da competição entre o homem e o seu irmão. Uma sociedade que é marcada pelo medo de que as pessoas possam não ter o que comer no seu dia-a-dia.

É um motivo de orgulho para nós Deputados que fomos eleitos pelo voto democrático do povo do Paraná, assistir, nesse momento, que pessoas, não só pelas suas questões materiais, mas fundamentalmente porque são pessoas que acreditam - e são a parcela mais sensível da sociedade a uma das questões talvez mais fundamental da vida humana, que é a promoção do saber.

Então, senhores e senhoras, trabalhadores da educação no Estado do Paraná: recebam através das minhas palavras - talvez uma homenagem da Assembléia Legislativa como um todo - por vocês estarem se mobilizando, saindo da inércia para defender não apenas 10, 20 ou 30 reais para melhorar as péssimas condições de vida de vocês. Mas estão, através desta luta, demonstrando para a sociedade que só o saber, só o conhecimento é que podem libertar o homem da sua ignorância e do seu atraso.

Fiquei emocionado ao ouvir o Presidente desta entidade - Associação dos Professores do Estado do Paraná - Professor Romeu, conhecido

meu desde a época em que eu era estudante, ainda no curso secundário aqui na Cidade de Curitiba. Sei dos seus compromissos com a educação, mas sobretudo com a educação pública e gratuita no Estado do Paraná.

Por quê a pública e gratuita? Porque a esfera pública se transforma numa bandeira de homens e de mulheres. Muitas vezes trabalhadores da construção civil, trabalhadores de toda a sorte de ramo de produção da nossa sociedade. Porque o público e o gratuito se transformam numa bandeira, move corações, chama a inteligência e o vigor de milhares e milhares de pessoas para lutar por esse princípio, por uma questão muito fundamental, senhoras e senhores.

Na sociedade marcada que vivemos sobre a égide da exclusão, sobre a égide das contradições de classe, onde aqueles que têm posse, têm acesso aos meios de produção, têm acesso aos meios de informação, tem acesso a cultura, nada, vai valorizar e fundar uma sociedade verdadeiramente democrática que não seja o acesso público e o acesso gratuito aos jovens, filhos dos trabalhadores da maioria do nosso povo para poder se constituir enquanto homens, enquanto cidadãos. Nada! não há lei neste mundo que possa garantir uma sociedade democrática, que não seja o princípio da publicidade, que seja o princípio público, do gratuito na educação de um povo.

O professor Romeu fez uma imagem muito bonita de figura grega. Quero ter aqui a possibilidade de fazer a seguinte reflexão de duas imagens gregas: Na primeira, uma velha Fábula escrita há 2.380 anos atrás. E esta Fábula dizia o seguinte: Era uma um cachorro que vagando pelos campos, pelos matos, entrou numa floresta em busca de alimentos. E foi caminhando nesta floresta em busca de alimentos. De repente, esta floresta foi se transformando numa floresta escura, as árvores crescendo, arbustos enormes, e o cão não conseguiu mais enxergar a luz do sol, e não conseguia mais voltar para a luz, para fora da floresta. Ficou vagando dias e dias. Este cão foi definhando, quase morto, perdeu os pelos, ficou esquelético, quando de repente, quase vítima dos animais selvagens que perambulavam por esta floresta encontrou o outro cão, e este cão disse: mas meu irmão, por que você não consegue mais andar, por que você está tão triste, não tem quase mais pelos? Aí ele disse: porque estou perdido! É uma escuridão muito grande nesta floresta. Eu não consigo achar o caminho de volta. Não consigo achar a saída. Aí o cão disse assim para ele: Mas então o teu sofrimento acabou. Venha comigo que te ensino o caminho de volta. E o cão perseguiu o outro. E saíram da floresta. De repente, veio a luz, um campo bonito, um campo todo amarelo e eles andando neste campo. E o cão ficou feliz por ter

saído daquela prisão da floresta negra e escura e disse: Mas eu preciso comer! O outro cão disse: Venha comigo, que lá onde eu moro tem casa não tem frio e tem alimentação. E ele disse: Então, eu vou com você! E prosseguiram. Quando andaram um pouco mais, de repente, este cão faminto, esquelético, olhou para o seu amigo e viu uma mancha preta no seu pelo branco em volta do seu pescoço. Parou e perguntou: Mas o que é essa mancha no seu pescoço? E o cão disse o seguinte: Essa mancha é mancha da coleira do meu dono. Lá onde eu moro, o meu dono me dá comida, me dá casa, mas ele tem uma coleira, e de vez em quando ele me solta para poder passear por aí. Outro cão esquelético, quase morrendo, disse o seguinte: então me desculpe! te agradeço o teu caminho da luz. Mas eu prefiro voltar para a floresta escura e buscar o meu próprio caminho da liberdade.

(Palmas)

Se a Educação, se a transmissão do saber, do conhecimento, nos dias de hoje que a sociedade é profundamente complexa, que a sociedade exige de todos os povos, a grande transformação que acontece hoje na humanidade, exige de todos os povos um aprimoramento, cada vez maior da nossa inteligência, da nossa capacidade de raciocinar, da nossa capacidade técnica, não só para nos constituir enquanto homens, enquanto cidadãos, mas sobretudo, nos dias de hoje para garantir um lugar na sociedade e conquistar aquilo que é o mínimo da dignidade que é um local de trabalho. Hoje na C.I.C. não se contrata um vigia, em qualquer fábrica, se não tiver o 2º grau completo. Os desafios que o nosso Brasil tem, que o nosso Paraná tem são mais profundos do que os Governos tentam colocar para nós. Um grande filósofo espanhol dizia o seguinte a respeito do difícil momento que vivemos: "há uma diferença entre os homens e os animais. Há uma diferença entre o homem e o tigre. Por uma única razão. O tigre é um animal que reage perante a natureza, perante a chuva, o frio, a falta de alimento, perante o medo. O homem reage sobre isso e sobre outros valores também. O tigre não pode "destigir-se". Vai ser sempre tigre. O homem pode deixar de ser homem. Pode deixar de ser humano. Pode caminhar para a sua destruição". O homem pode construir uma sociedade de excluídos como está construindo no nosso país.

Professores e professoras, saibam que nós Deputados recebemos o projeto de vocês e vamos subscrever e apresentar nesta Assembleia, não somente para analisar do ponto de vista econômico o que é justo e legítimo uma atividade tão importante na nossa sociedade que é a transmissão do saber. Mas, mais do que isso. Mais do que atender uma demanda de uma corporação valorosa e dignificante da nossa sociedade que é a corporação dos

professores. Sobretudo, porque entendemos que, sem educação não há futuro para a civilização, seja no Brasil ou em qualquer lugar deste planeta.

Senhor Presidente, assisti e ouvi as palavras do Professor Romeu. Sou um Deputado de oposição ao Governo do Estado do Paraná. Exerço meu papel crítico na Assembleia Legislativa, assim como outros colegas. Junto com o Deputado Caíto Quintana e grande parte de Deputados desta Assembleia, desde o primeiro momento, quando o Governo do Estado trouxe para esta Casa a proposta de modernização do sistema educacional no Estado do Paraná, apresentando e fundamentando numa proposta chamada PARANAEDUCAÇÃO. Quando vimos o teor dessa proposta não faltou dia, momento em que a voz da oposição alertou o Governo que este caminho é o caminho para perpetuar uma sociedade cada vez mais dividida entre aqueles que têm recursos e aqueles que não têm. Construindo uma sociedade profundamente desigual. Quero dizer o porquê. É preciso dizer o porquê. Porque no projeto PARANAEDUCAÇÃO, e o Deputado Caíto Quintana tratou desse tópico, não se trata somente de resolver os problemas dos professores que estavam com o contrato sob vigência da C.L.T.. O PARANAEDUCAÇÃO é mais profundo. Causa danos, do ponto de vista público e privado, um dano irreparável para a função do Estado a qual entendemos ser a mais correta. O PARANAEDUCAÇÃO vai permitir, não só contratação de professores sem concurso público, mas vai permitir também que a Secretaria de Educação faça um convênio com qualquer organismo privado na área educacional no Estado do Paraná para promover a visão pedagógica de uma sociedade e um currículo que quer colocar nas escolas públicas do Paraná. É mais grave ainda, a sociedade não terá controle nenhum das atividades do PARANAEDUCAÇÃO, não serão necessários fazer licitações para construção de escolas, para requisição de material, para qualquer obra do ponto de vista do PARANAEDUCAÇÃO, mais ainda, nós não poderemos nem solicitar ao Tribunal de Contas para fiscalizar a aplicação dos recursos se foi correta, se foi coerente ou não.

É uma excrescência do ponto de vista do público e do gratuito do Estado do Paraná.

Por último: Quero concluir que vocês, professores, que trabalham na área da Educação, não podem ficar em silêncio diante de algo escabroso e escandaloso que acontece no nosso Estado. Quero ser participe com a minha voz, com as vozes dos senhores, porque o Governo do Estado do Paraná gastou no ano passado 140 milhões de reais em verbas de publicidade, mais que o Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, juntos. Ao mesmo tempo que o Governo gasta esta soma fabu-

losa que seria suficiente, pelos cálculos que eu tenho para suprir a hora atividade dos senhores Professores, durante dois anos e meio, o Governo a não ser que eu esteja enganado faz um acinte à inteligência e à dignidade afirmando que os professores tiveram um aumento de 120%, nos seus salários. Me desculpem! Me desculpem! Mas, não posso acreditar que isso esteja acontecendo no Estado do Paraná. Se os senhores tiveram 120% de aumento, daí, realmente, o Governo está com a razão. Não acredito que isso tenha acontecido, pelo contrário, tenho as informações de que a realidade é completamente diferente desta.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli

Deputado Ângelo Vanhoni, Sr. Presidente e Senhores Deputados.

Creio que nesta Casa, hoje, a APP representada, naturalmente, pelo seu presidente e por esta extraordinária e competente Plenária que aqui comparece para manifestar a opinião de uma categoria de professores e funcionários, trabalhadores na área da educação, para apresentar, de forma clara e objetiva, um anteprojeto de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários para a Educação no Paraná.

Creio que se todos fizessem, de forma tão objetiva e clara as suas reivindicações, certamente os governos não se perderiam nos devaneios, quando na verdade iludidos por pesquisas de opinião acabam desrespeitando as prioridades fundamentais de um povo, como é concreta e objetiva a questão da educação.

Queria, Deputado Vanhoni, Vossa Excelência e o Deputado Caíto Quintana, que falou em nome da nossa Bancada, falou em meu nome, do Deputado Orlando Pessuti, do Deputado Nereu Moura, do Deputado Toti Colaço, deixar registrada a posição do PMDB, que amplamente favorável para que possamos colocar a Educação do Paraná em primeiro lugar. Chega de propaganda. Vamos dar um basta ao desperdício, porque ouvi as palavras do Professor Romeu.

Tenho ouvido isso quando visito os colégios e as escolas estaduais do Paraná e ouço a reclamação dos professores e professoras, do baixo salário que estão recebendo, da dificuldade de sobreviver no dia-a-dia, e não é possível mais que o Governo possa ficar de costas, voltado, colocando propagandas mentirosas na televisão e pagando um salário de fome aos professores do Estado do Paraná.

Creio, Deputado Vanhoni, que nesta Casa temos que ter compromisso com as questões que são prioritárias da população e não para preservar e manter o interesse dos grupos empresariais poderosos que devam pagar, sim, impostos. Chega de dar

prorrogação de prazo e isenção de pagamento de imposto para empresas multinacionais, porque esse dinheiro é um dinheiro que falta para sustentar a educação no Paraná.

Temos que dar um basta a isso e temos que colocar a educação em primeiro lugar.

Agradeço a Vossa Excelência e o parabênz pelo brilhante pronunciamento que faz.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, para concluir, gostaria que os Deputados que dão base de sustentação ao Governo do Estado do Paraná, levassem esse recado ao Governador Jaime Lerner, que a reivindicação dos mestres e trabalhadores nas escolas do Estado do Paraná, com este projeto de valorização, com este projeto que trazem hoje a esta Assembléia, não estão apenas reivindicando melhorias nas suas condições de vida, mas estão, sobretudo, lançando a semente de que esta sociedade e o Paraná um dia vai ser uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais fraterna, sob o crivo da transmissão do saber que esses homens e mulheres fazem para os nossos filhos.

Por último, gostaria de dizer que o País, que é exemplo para o resto do mundo, de desenvolvimento tecnológico e civilizatório - pena que não tenhamos aqui, hoje, o nosso Deputado que é de origem lá do Oriente, lá do Japão - e lá no Japão, quando um professor se aproxima do Imperador, que é a figura sacrossanta da sociedade japonesa, o Imperador Hirohito faz reverência, porque lá, professor é mestre, e é mestre sagrado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PSDB, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero, sobretudo, parabenizar a atitude da Presidência da Casa, pela abertura que faz em possibilitar que os professores, através da sua Associação, pudessem vir a esta Casa e nos dizer e trazer a pessoa do professor e presidente Romeu Gomes Miranda, e o projeto de plano de cargos e salários, que permite o resgate e que readquira à classe dos professores do Estado do Paraná a dignidade que vêm perdendo, e hoje, aquelas palavras ditas pelo professor Romeu, sintetizam a realidade das classes e a realidade dos nossos colégios.

Efetivamente, há um desestímulo, uma desesperança, uma angústia e há até o desalento, porque existe uma situação insustentável dentro das salas de aula, e não é só de professores. Há o quadro de apoio, os técnicos que recebem entre 140 e 186 reais,

valor insignificante, para que pudesse ser sustentada uma família.

É sobre este prisma e este foco que devemos analisar o projeto de cargos e salários aqui trazido como proposta de anteprojeto pela APP-Sindicato.

Não tenham dúvidas. Estaremos analisando este projeto com o maior espírito de justiça. A justiça para aqueles que trabalham e que constroem e que, com certeza, estão palmilhando o futuro do nosso Estado, o futuro da nossa Nação.

Agora, é difícil verificar que uma categoria da importância do magistério do Estado do Paraná precisa fazer um grande movimento para reivindicar os salários aviltados, enquanto o Governo oferece e anuncia aumento de 120%, e que não fora, efetivamente, realizado. Ora, não é só o aumento. E aí, observamos que falta, também, a verdade.

Difícilmente assisto televisão, mas em função do jogo do Brasil com o Marrocos, detive-me um pouco diante da televisão, e se pararmos para prestar atenção, o que foi propaganda do Governo em cima da população, especialmente daquilo que não fez. É pedágio, é saúde, enfim, propaganda de coisas e serviços que não estamos recebendo.

Voltando à educação, há uma grande questão. Nesta Casa, foi votado, sem muita discussão e sem muito se ater aos reflexos que a PARANAEDUCAÇÃO trará ao seio do ensino público do Estado do Paraná. Aqui falou o Caíto, aqui falou o Vanhoni, que não estamos apenas, quando votamos, apenas permitindo que possamos fazer a contratação daqueles funcionários que já prestavam serviço ao Estado no sistema CLT. Mas é a transformação mais profunda de que daqui a pouco estaremos privatizando o sistema público de ensino do Estado do Paraná.

E é contra isso que devemos nos levantar. É contra isso que devemos estar sempre presentes. Porque se o Estado não é capaz de socorrer a população na saúde, se não é capaz de socorrer a população no ensino de qualidade e ainda é capaz de instituir o pedágio para cobrança e para manutenção das estradas, o cidadão vai perguntar amanhã: para que o Estado? Para que pagamos impostos?

É por isso, Senhores Deputados, que devemos ter a atenção voltada para essas questões fundamentais do Estado e a educação não poderia deixar de ser. Nós do PSDB estaremos, juntos, votando com aqueles que entendem que a educação não é uma questão de hoje, mas é uma questão da formação de gerações.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem)

Queria, neste instante, primeiramente, cumprimentar Vossa Excelência, pela abertura que deu, mais uma vez, aos professores do Estado do Paraná.

Vossa Excelência tem demonstrado, ao longo dos anos que aqui me encontro, neste Parlamento, tem demonstrado um verdadeiro espírito democrata, um grande estadista.

Na semana passada, veio o pessoal do MST, vieram os pecuaristas - aqueles que têm terras - e hoje os nossos professores, diretores, alunos do Estado do Paraná e Vossa Excelência, democraticamente, abriu este espaço e pôde o Presidente da APP colocar com muita veemência, com muita segurança, o que os nossos professores pensam da educação do nosso Estado.

Os nossos cumprimentos aos professores, diretores das escolas do Estado do Paraná. Destacaria o pessoal de Irati, que está presente aqui também. E gostaria de registrar a presença dos Vereadores de Araruna, que aqui se encontram, prestigiando este momento: o Presidente da Câmara de Araruna, Olímpio Caetano, o Vereador Dinarti e outras lideranças de Araruna, participando deste evento e deste momento. E aos professores, evidentemente, a nossa gratidão pelo anteprojeto que coloca em nossas mãos e que a partir de hoje, tenho certeza absoluta que a própria Bancada do Governo do Estado do Paraná haverá de se somar a todos nós na defesa da educação, primeiramente, e em segundo lugar, para que este anteprojeto se torne lei o mais breve e o mais rápido possível.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Mesa também registra a presença do Vereador de Ponta Grossa, Jeferson Tramontini, a convite do Deputado Pércles Mello.

Continua o Horário das Lideranças: PTB, PPB, Liderança do Governo.

(Todas declinam)

Passe-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974 de 23.12.97, no que se refere ao Município de Mauá da

Serra. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**
Há emendas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)

Apreciar neste turno Emenda aprovada em 2ª Discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

As Emendas já foram aprovadas.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/98, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que altera o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974 de 23.12.97, no que se refere ao Município de Cambira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o cartão de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Há Emenda de votação.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Aprovada.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/98, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que amplia o número de cargos de motorista e de vigia no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/97, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que cria o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, com a finalidade de prover

recursos para reequipar o Poder Judiciário do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA SUBSTITUTIVA. (Publ. no D.A. n° 209/97, de 26.11.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 679/97

PARECER :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, que tem por objetivo criar o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, com a finalidade de prover recursos para reequipar o Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, na forma do Substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 09.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI N° 679/97

Art. 1° - Fica criado o "Fundo de reequipamento do Poder Judiciário" - FUNREJUS.

Art. 2° - O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário tem por finalidade suprir o Poder Judiciário estadual com os recursos financeiros necessários para fazer frente às despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação e reforma dos edifícios forenses e outros imóveis destinados ao Poder Judiciário.

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática da Justiça Estadual;

IV - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em até no máximo, 30% (trinta por cento) da receita do Fundo, na forma estabelecida pelo Regulamento.

Parágrafo Único - Não serão admitidos, por conta do FUNREJUS, pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal e outras despesas correntes, ressalvando o disposto no item IV.

Art. 3° - Constituem-se receitas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário:

I - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Poder Judiciário, disponível ao

final de cada exercício, deduzindo o valor inscrito em restos a pagar;

III - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio fundo;

IV - recursos provenientes do reconhecimento de valores excedentes da despesa autorizada com telefonia;

V - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Poder Judiciário;

VI - o produto da venda de cópias dos editais de licitação de obras, aquisição de equipamentos e outros;

VII - 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título, do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registro de imóveis, títulos e documentos e tabelionatos;

VIII - 50% (cinquenta por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e da Alçada, fixadas no Regimento de Custas;

IX - valores oriundos do porte postal para devolução de documentos e processos;

X - taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Poder Judiciário;

XI - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Poder Judiciário;

XII - o produto da alienação de bens, móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Poder Judiciário;

XIII - o produto da arrecadação da Taxa Judiciária;

XIV - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e disquetes, por meio de transmissão telefônica e outros;

XV - receita oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Poder Judiciário;

XVI - subvenções, doações, legado e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

XVII - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Poder Judiciário;

XVIII - multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo dos Tribunais de Justiça e de Alçada;

XIX - taxa de ocupação das dependências dos imóveis do Poder Judiciário;

XX - as custas decorrentes da aplicação do art. 55 da Lei Federal n° 9.099, de 26 de setembro de 1995;

XXI - receita decorrente dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Poder Judiciário, em decorrência de faltas e atrasos não justificados;

XXII - valores da venda das ações da TELEPAR relativas à aquisição dos terminais telefônicos pertencentes ao Poder Judiciário;

XXIII - outras receitas eventuais.

§ 1º - O produto da arrecadação da Taxa Judiciária será destinado: 50% (cinquenta por cento) para o FUNREJUS, 48% (quarenta e oito por cento) para o Fundo Penitenciário do Estado - FUPEN e 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, na forma estabelecida pelo artigo 205 da Constituição Estadual.

a) A arrecadação da Taxa Judiciária será feita, integralmente, pelo FUNREJUS, que repassará o percentual de 48% (quarenta e oito por cento) do FUPEN e 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para as contas bancárias indicadas pelos órgãos beneficiários;

§ 2º - As receitas do FUNREJUS não integram o percentual da receita estadual destinado ao Poder Judiciário, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º - O fundo de Reequipamento do Poder Judiciário será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o presidirá, pelo vice-Presidente, pelo Corregedor Geral da Justiça e por mais 5 (cinco) membros, os quais serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Órgão Especial.

Art. 5º - Os recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário serão recolhidos em conta especial do estabelecimento Bancário oficial do Estado.

Art. 6º - Os bens adquiridos com recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário serão imediatamente incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário.

Art. 7º - Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8º - O fundo de Reequipamento do Poder Judiciário será dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador da despesas e o seu representante legal.

Art. 9º - O FUNREJUS prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na legislação vigente.

Art. 10º - A presente lei será regulamentada por Decreto Judiciário, que será submetido à aprovação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Art. 11º - Fica aberto um crédito adicional especial, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta lei.

Art. 12º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.06.98.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição substitui o Projeto de Lei nº 679/97 oriundo da Mensagem nº 406/97, encaminhada a esta Casa pelo Poder Judiciário do Estado, objetivando aprimorá-lo nos seguintes pontos:

1 - supressão do inciso XVIII do artigo 3º - retenção do imposto de renda na fonte - uma vez que a aprovação deste dispositivo poderia ensejar procedentes que o Estado não tem condições, no momento, de suportar;

2 - conseqüentemente, foi suprimido o § 2º do artigo 3º;

3 - com relação ao atual § 2º, é de melhor técnica que não se mencione o número da vigente Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é votada anualmente, bastando genérica alusão à L.D.O.

A presente proposta, além de meritória, proporcionará melhores condições para o funcionamento do Poder Judiciário, sempre carente de recursos, possibilitando-lhe o cumprimento, com rapidez e eficiência, das suas relevantes funções constitucionais, sempre em benefício do cidadão paranaense.

A proposta, por ser constitucional, oportuna e inovadora, merece à aprovação desta Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda substitutiva em votação. Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/98, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul.

COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 28, de 31.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 080/98, de autoria do Deputado Nelson Justus, vem anexado ao Projeto de Lei nº 090/98, de autoria do Deputado Renato Adur, tem por objetivo a criação da CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, até o final deliberação pelo soberano Plenário. Todavia, apresenta emenda propondo a inclusão do Município de Paulo Frontin, na sua área de abrangência.

Recebe, portanto, o parecer favorável.
É o relatório.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 080/98
DE AUTORIA DO DEPUTADO NELSON JUSTUS**

Acrescenta-se no parágrafo único, do artigo 1º, o Município de Paulo Frontin, na área de abrangência da CIRETRAN de São Mateus do Sul, ficando sua redação da seguinte forma:

" Artigo 1º - (...)

Parágrafo Único - Ficam incluídos os Municípios de Antônio Olinto, São João do Triunfo e Paulo Frontin, na área de abrangência da CIRETRAN de São Mateus do Sul.

Sala das Comissões, em 12.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/98, de autoria do Deputado Miltinho Puippio, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Mandaguari. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 55, de 07.05.98).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 161/98.**

P A R E C E R :

RELATÓRIO

O plano de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Miltinho Puippio, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Mandaguari.

FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de projeto autorizatório, portanto não há vício de ordem constitucional, legal ou regimental que possa impedir a normal tramitação deste pelos demais órgãos competentes desta Casa de Leis.

CONCLUSÃO

Pelos motivos supracitados, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual do Polo de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 63, de 19.05.98).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 186/98**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual do Polo de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Chamara esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Encontra-se em visita a esta Casa o Doutor Artagão de Mattos Leão - Presidente do Tribunal de Contas. A Mesa registra com satisfação a sua visita.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de registrar com satisfação a presença das universitárias que fazem uma visita esta tarde aqui no Plenário, Bárbara, Thátiane de Oliveira, Gerusa do Nascimento e Thátiana do Rocio Pito, é uma honra recebê-las no período da tarde, assim como a todos os professores que participaram desta sessão, Senhor Presidente.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1.121, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1122 a 1125, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1127 e 1129, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1128, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1130, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1131, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1132, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1133 a 1135, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1136, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18 às dez horas e trinta minutos com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 034 e 105/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 679/97, 080, 144, 156 e 186/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 158 e 215/98.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 166/98

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

conceder, a Maria de Lourdes da Luz Wanderbruck, matrícula nº 40.292, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 061, licença especial de três (03) meses, nos termos do parágrafo

único do Art. 247, da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, a partir de 1º de junho de 1998.

(Prot. nº 3897/98).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.06.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 167/98

conceder a Marlene Rehnein Rodrigues, viúva do ex-Deputado Estadual Sebastião Rodrigues de Souza Júnior, falecido em 24 de julho de 1992, pensão mensal, de acordo com o art. 1º da Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, e art. 1º da Resolução nº 045/90, de 26 de fevereiro de 1990.

(Prot. nº 5695/98).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 168/98

conceder aposentadoria, a pedido a Walmor Marcelino, matrícula nº 159, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Técnico B-NU-3, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual, combinado com o Art. 140, inciso I, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais de seu cargo efetivo, acrescidos da gratificação inerente a Simbologia I -F; cinco (05) triênios, de acordo com o Art. 4º e § 1º, da Resolução nº 02/64; da Proposição nº 66/83, e do item II, da Resolução nº 29.503/93, do Tribunal de Contas do Paraná; cinco (05) quinquênios, de acordo com o Art. 170 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6.174/74, calculados conforme Resolução de nº 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais, de acordo com o Art. 171 e seu parágrafo único da citada Lei nº 6.174/70, e Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 6.749/76, com nova redação dada pelo Art. 6º da Lei Complementar nº 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 19, da Diretoria de Pessoal desta Casa.

(Prot. nº 4945/98).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.06.98

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário